

ABANDONO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA NA GUINÉ-BISSAU: FATORES E CONSEQUÊNCIAS

Waldimir Barbosa¹

Luís Miguel Dias Caetano²

Resumo: A Guiné-Bissau apresenta baixo nível de provisão escolar completa, como consequência as crianças acabam por abandonar as escolas sem completar o primeiro ciclo do Ensino. Este artigo debruçou-se sobre os fatores e as consequências do abandono escolar na educação básica na Guiné-Bissau, visando compreender o sistema do ensino guineense, as políticas públicas desenvolvidas e as possíveis estratégias para sua resolução. Para tanto, utilizou-se a pesquisa qualitativa de caráter teórico-bibliográfico e documental. Os resultados apontam que, os principais fatores de abandono escolar, são a baixa qualidade de ensino, a precariedade de recursos financeiros, a falta de apoio e estratégias governamentais, baixo nível de emprego, problemas de saúde, da família, a distância entre a escola e residência da criança, trabalho infantil e casamento precoce. Constatou ainda que, as cíclicas crises políticas no país e falta de políticas públicas constituem-se fatores de entrave no desenvolvimento do ensino guineense, e, conseqüentemente, contribuem para o abandono escolar.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Educação Básica. Abandono Escolar. Guiné-Bissau.

ABSTRACT: Guinea-Bissau has a low level of complete school provision, as a consequence children end up dropping out of schools without completing the first cycle of Education. This article focuses on the factors and consequences of school dropout in basic education in Guinea-Bissau, aiming to understand the Guinean education system, the public policies developed and the possible strategies for their resolution. For that, qualitative research of theoretical-bibliographic and documentary character was used. The results indicate that the main factors of school dropout are the low quality of education, the precariousness of financial resources, the lack of support and governmental strategies, low level of employment, health and family problems, the distance between school and child residence, child labor and early marriage. It also found that the cyclical political crises in the country and the lack of public policies constitute obstacles to the development of Guinean education, and, consequently, contribute to school dropout.

Keywords: Public Policies. Basic education. School Dropout. Guinea Bissau.

¹ Graduando em Administração Pública, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB, Redenção – CE, e-mail: waldimirbarbosa90@gmail.com

² Orientador. Doutor em Educação, Docente no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, e-mail: migueldias@unilab.edu.br

Data de submissão e aprovação: 18/07/2022

INTRODUÇÃO

O abandono escolar pode ser compreendido como o ato de abandonar atividades escolares sem que o aluno tenha completado o percurso obrigatório (BENAVENTE et al., 1994), ou ainda, quando um aluno deixa a escola sem concluir o grau de ensino frequentado. É um fenômeno que pode resultar da exclusão social (AZEVEDO, 1999), que afeta grande parcela da população guineense, principalmente crianças e jovens de classe socioeconômica baixa. A literatura que trata do abandono escolar mostra que as necessidades do cotidiano, a precariedade de recursos financeiros, a falta de apoio e estratégias governamentais, baixa qualidade de ensino, baixo nível de emprego, problemas de saúde, da família entre outros constituem principais fatores de risco de abandono escolar, levando vários alunos, em diferentes níveis escolares, para fora das instituições de ensino (SILVA FILHO, ARAUJO, 2017; MENDES, 2019).

No contexto da Guiné-Bissau, pode-se afirmar que estes fatores aumentaram, segundo dados do relatório de Avaliação Sumativa da Iniciativa “Escolas Amigas da Criança” (EAC) na Guiné-Bissau, realizado entre 2011 a 2019, sendo desenvolvido pela consultora internacional Mundi Consulting, apoiado pela UNICEF e realizado em parceria com Ministério da Educação Nacional (MEN). Os dados do relatório publicado em janeiro de 2020, apontam que o país tem baixo nível de provisão escolar completa, isto é, das 60% das crianças guineense que completam os seis anos de Ensino Básico, 40% acabam por abandonar as escolas sem completar o primeiro ciclo do Ensino Básico (GUINÉ-BISSAU, 2020).

Esse estudo buscou analisar os fatores que levam os alunos de ensino básico na Guiné-Bissau a não cumprirem devidamente com suas atividades curriculares, acabando por abandonar a escola, e ainda a conhecer as consequências vivenciadas por essas crianças.

Nesse sentido, desenvolvemos um estudo de abordagem qualitativa, recorrendo à coleta de dados através de fontes bibliográficas e documentais. Diante disso, o presente estudo se justifica como subsídio para a compreensão dos fatores associadas ao abandono escolar no ensino básico e poder direcionar as estratégias de combate a esse fenômeno. Esse levantamento também busca divulgar o conhecimento produzido sobre o assunto, de maneira a colaborar com elaboração de políticas públicas contra o abandono escolar no ensino básico guineense.

O artigo está estruturado em quatro seções, a saber: a educação na sociedade multicultural, políticas públicas sobre educação básica na Guiné-Bissau, fatores de abandono escolar no ensino básico na Guiné-Bissau, por fim, apresentou-se as estratégias para reduzir elevado número de abandono escolar no país e os resultados da pesquisa.

GUINÉ-BISSAU: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

De acordo com Cá (2015) e Sané (2018) a Guiné-Bissau é um País lusófono que se situa na costa ocidental da África, com uma extensão territorial de 36.125 km². É limitada, ao norte, com República do Senegal, na zona sul e leste, faz fronteiras com a República da Guiné-Conacri, abrindo-se pela costa ocidental do continente até o oceano atlântico, sendo uma parte insular com 1500 km² formadas pelos Arquipélagos dos Bijagós que estendeu a parte continental. O País possui uma população estimada em 1.967,998 de habitantes (BANCO MUNDIAL, 2020), com 81.5 taxa de mortalidade de menores de cinco anos por 1.000 nascidos (UNICEF, 2018). Foi colônia portuguesa até 1974, ano em que se tornou independente depois de uma longa luta armada que durou onze anos, dirigido pelo Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), liderado pelo então Engenheiro agrônomo Amílcar Lopes Cabral, também conhecido como pai e fundador de nacionalidade guineense e cabo-verdiano. O país declarou unilateralmente a independência em setembro 1973, que vinha ser reconhecido um ano depois (MEN, 2003; SANÉ, 2018).

Em termos administrativos, o país é dividido por nove regiões, incluindo a capital (Bissau) que é setor autônomo, e possui trinta e seis setores que compõem as regiões administrativas. O país tem uma economia baseada essencialmente na pesca, agricultura e exportação de Castanha de caju, que constitui uma das principais fontes de renda do país, que equivale 47% do PIB (BANCO MUNDIAL, 2018). Segundo relatório do Banco Mundial (2018), a Guiné-Bissau tem um crescimento do PIB anual de 3.8%, com uma taxa de crescimento populacional de 2.5% e com expectativa de vida ao nascer de 58 anos. Ainda sobre a educação, o país conta com a taxa de conclusão primária num total de 65% da faixa etária relevante.

EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE MULTICULTURAL

A palavra educação tem origem etimológica na expressão latina “*educere*” – que significa, literalmente, extrair, tirar, desenvolver. Deste entendimento parte a ideia de ação consciente que possibilita o crescimento humano (BRANDÃO, 2007). Para o autor, a educação pode ser entendida como uma prática social que busca a formação do homem de acordo com as necessidades e exigências de sua sociedade. Vale destacar que existe dois tipos de educação-formal e não formal (informal). A primeira está atrelada ao reconhecimento oficial, oferecida nas escolas em cursos com níveis, graus, programas, currículos e diplomas, a segunda, não há lugar, horários ou currículos (GASPAR, 2002). Neste último, o autor aponta que,

os conhecimentos são partilhados em meio a uma interação sociocultural que tem, como única condição necessária e suficiente, existir quem saiba e quem queira ou precise saber. Nela, ensino e aprendizagem ocorrem espontaneamente, sem que, na maioria das vezes, os próprios participantes do processo deles tenham consciência. (GASPAR, 2002, p. 3).

Partindo dessas premissas, a educação, de um modo geral, pode ser considerada como meio de transmitir os hábitos, valores e costumes de geração em geração. Gaspar (2002), compreende a educação como um processo de desenvolvimento do ser humano. Nesta perspectiva, pode-se afirmar que a educação é um fenômeno social-histórico-cultural, que pode ocorrer em qualquer lugar e a qualquer momento e com qualquer pessoa, podendo ser transmitida de pai para filho, ou de anciãos a aprendizes, de professores a alunos, de alunos a alunos, independentemente do sexo, raça ou idade.

A concepção acima apresentada não é diferente na sociedade guineense. A educação sempre foi associada a construção social e cultural do indivíduo no contexto familiar. Sané (2018) comenta que esse processo inclui envolvimento pleno da pessoa nos trabalhos de campo, narrativas históricas dos anciões, rituais, onde os jovens adquirem conhecimento para sua integração, respeitando os hábitos e valores característicos daquela cultura. Cá e Cá (2015) mostram que essa educação se faz através de transmissão oral. Contudo, durante o período de domínio colonial, houve mudança da concepção da educação na Guiné-Bissau. Essa mudança deve-se ao processo de dominação colonial trazendo nova forma de pensar e viver, considerado por Cá e Cá (2015) como a tentativa de substituir as práticas culturais locais através da língua portuguesa e escrita, bem como as práticas religiosas. Para autores, a educação colonial estava sob o controle da igreja católica, que não limitava apenas ensinamentos bíblicos, mas a própria língua portuguesa e era proibido falar a língua nativa ou crioulo (kriol³) no ambiente escolar. Nessa mesma linha de pensamento Sané (2018) partilha a mesma visão com Cá e Cá (2015). Para Sané (2018) a educação colonial se caracterizava numa prática de exclusão social, uma vez que limitava a certas pessoas (elites) e não respeitava as práticas culturais da população local.

Após a independência, em 1974, as práticas educacionais foram sendo ajustadas de acordo com a realidade do país (Cá, Cá, 2015; Sané, 2018). No entanto, é necessário um debate mais amplo sobre práticas educativas no país, principalmente sobre a inclusão social e

³ O crioulo da Guiné-Bissau, ou kriol (crioulo), é a língua franca de 60% da população da Guiné-Bissau, pessoas usam o crioulo como primeira língua no país e mais de 600 mil como segunda língua, enquanto que cerca de 13% da população do país fala português.

diversidade cultural, uma vez que a educação é um dos principais instrumentos propulsores de direito e exercício da cidadania.

Este tópico não busca esgotar a discussão sobre a concepção da educação durante o período colonial, nem abordar o assunto à luz das teorias da educação, mas sim, focar na educação no sentido restrito ou técnico – aquela educação veiculada por uma instituição de ensino (educação formal), seja ela de natureza pública ou privada, compreendida por Maciel (2011) como uma educação que visa a construção de uma teoria pedagógica libertadora, que se faz primordial na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Para Té (2017), essa prática educacional é fundamental para desenvolvimento de qualquer nação nos domínios social, econômico, cultural e tecnológico. Essa educação é entendida como um processo de desenvolvimento da capacidade intelectual da criança e do ser humano, é um processo único, associado quase sempre à Escola. (Gaspar, 2002). À luz do que foi exposto, podemos considerar que a Guiné-Bissau conseguiu implementar a prática educacional veiculada pelas instituições (educação formal), embora existe ainda alguns traços de educação cultural, pois isso sempre caracterizou os povos africanos, na qual a Guiné-Bissau se insere.

POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE EDUCAÇÃO BÁSICA NA GUINÉ-BISSAU

Pretende-se fazer uma breve contextualização sobre políticas públicas de Educação Básica na Guiné-Bissau, apontando alguns dados obtidos do Ministério da Educação Nacional (MEN⁴).

As políticas educativas representam um conjunto de medidas tomadas pelo poder político visando a melhoria e adequação do sistema educativo (TÉ, 2017). Na Guiné-Bissau, a discussão sobre ensino iniciou-se no Congresso de Cassacá⁵. Segundo Sané (2018), nesse congresso, foram debatidos o processo da escolarização nas zonas libertadas, estratégias de formação ideológica. Deste modo, não se pode falar da política educativa, pois, essa discussão tratava-se das estratégias de luta contra a dominação colonial. Após a proclamação da independência em 1973, o PAIGC⁶ realizou seu 3º Congresso, onde foi afirmado dois princípios básicos do Sistema Nacional de Educação: a Educação como dever e função do Estado único capaz de dispensar um ensino sistematizado, através do departamento especializado criado para

⁴ Ministério da Educação Nacional

⁵ O Congresso de Cassacá foi o primeiro congresso organizado pelo PAIGC no sul da Guiné-Bissau, teve lugar nos dias 14 a 17 de fevereiro de 1964, numa região conhecido historicamente como Cassacá, após o congresso foram reiterados importantes orientações, nomeadamente, a criação de escolas e centros de saúde em todas as zonas libertadas sob o controle dos guerrilheiros do partido.

⁶ Partido africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde, criado em 19 de setembro de 1956.

o efeito; e a segunda como direito de todos os cidadãos. À luz do que foi abordado, percebeu-se que a educação foi considerada como direito de todos e como dever do Estado guineense.

Em maio de 2000, o Governo da Guiné-Bissau declarou a política educativa e fixou como prioridades: a reabilitação do Ensino Básico nomeadamente as infraestruturas destruídas pela guerra de 07 de junho de 1998 e, a regularização dos salários dos professores (GUINÉ-BISSAU, 2003). Essa declaração apresenta os principais objetivos de políticas previstos no DENARP⁷ que são:

o aumento das despesas correntes com a educação com vista atingir 4,5% do PIB, melhorar a qualidade e eficácia do Ensino Básico, pela distribuição gratuita dos manuais para as 4 primeiras classes e guias para os professores (português e Matemática), a construção de escolas de Ciclo completo, implementação de cantinas escolares nas zonas prioritárias, o aumento de taxa de retenção para atingir 70% em 2003 e 52% para as raparigas no mesmo período, (GUINÉ-BISSAU, 2003, p.17).

No ano de 2003, foi elaborado o texto-base pelo PNC-EPT⁸ com metas bastante ousadas e promissoras para setor do ensino guineense. Um dos objetivos que consta no documento é construir anualmente 500 salas de aulas durante 5 anos para substituir gradualmente as escolas de barracas, através de ajuda financeira de parceiros internacionais que atuam no setor, nomeadamente, Banco Mundial (BM), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP), União Europeia (UE), Banco Oeste Africano para Desenvolvimento (BOAD), e Ministério da Educação Nacional (MEN).

Em setembro de 2014, o Governo da Guiné-Bissau, junto do Ministério da Educação Nacional, lançou novo programa para setor de ensino, especialmente para o Ensino Básico com seguintes focos: ampliar o acesso ao ensino obrigatório até ao 9º ano com diversificação das opções e orientação profissional, como placa giratória para toda a vida de cada cidadão; aumentar as capacidades regionais de acolhimento de alunos no ensino básico obrigatório público com diversidade de opções vocacionais; combater o abandono escolar antes do fim do 3º Ciclo; reforçar a formação de professores – principalmente nas áreas de menor cobertura; reforçar parcerias, com participação das comunidades, para implementação de cantinas escolares, prioritariamente nas zonas de fracos indicadores de retenção e conclusão do EB; consolidar o acesso de todas as crianças ao pacote de utensílios indispensável a aprendizagem (MEN, 2014). Entretanto, essas são, entre outras, algumas das conquistas na elaboração e

⁷ Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza.

⁸ Plano Nacional de Ação- Educação para Todos. Fórum Mundial sobre Educação Para Todos realizado em Dakar-abril 2000 que deu origem a elaboração de documento Plano Nacional de Ação no ensino guineense em fevereiro de 2003.

implementação de políticas públicas no setor do ensino guineense. Soma-se a isso, a aprovação de três leis importantes por meio do poder legislativo: a) Lei n.º 2/2011 referente à carreira docente; b) Lei n.º 3/2011 referente ao ensino superior e à investigação científica; c) Lei n.º 4/2011 referente às bases do sistema educativo, este último, vem reforçando a gratuidade do Ensino Básico em todo território guineense. (BARROCO, 2015).

Face a esse cenário, torna-se necessário que existam mais políticas públicas com objetivo reforçar os recursos nesse setor, nomeadamente, o investimento com vista à melhoria do sistema educativo guineense, em especial, no ensino básico.

FATORES DE ABANDONO ESCOLAR NO ENSINO BÁSICO NA GUINÉ-BISSAU

Desde o primórdio da sua independência, o país tem enfrentado situações de insuficiências econômicas e fragilidades, especificamente na área da educação, nomeadamente: falta de recursos financeiros, infraestruturas escolares para a sua execução. Essas fragilidades e falta de políticas foram apontadas por Bideta (2013), como principais fatores limitantes na definição de um plano estratégico de curto, médio e longo prazo para execução de uma política educativa de qualidade para todos. Além disso, existem outros fatores que explicam o fenómeno de abandono escolar na Guiné-Bissau.

De acordo com o próprio Ministério da Educação Nacional no seu Relatório da Situação do Sistema Educativo Margens e manobra para o desenvolvimento do sistema educativo numa perspectiva de universalização do Ensino Básico e de redução da pobreza aponta que: a principal razão de abandono escolar é o trabalho infantil, estimado em 32 % em todo território nacional. Soma-se a isso, a problemática do casamento precoce, observada em 29 % entre as meninas (GUINÉ-BISSAU, 2013, p.66; Bideta, 2013). Na mesma senda, Mendes (2019) aponta o casamento precoce, o trabalho infantil, a distância média da escola e a retenção ou conservação como principais fatores de abandono escolar no ensino básico guineense.

O casamento precoce é mais verificado nas zonas rurais do país, sendo uma prática que tem contribuído para o abandono escolar das meninas. Essa prática é tão agravante nas vidas destas crianças conforme mostra Quintas (2013), alertando que, na maioria dos casos, quando uma jovem se casa é obrigada a abandonar a escola.

Ainda, de acordo com o MEN (2013), existem outros fatores que podem contribuir para o abandono escolar, principalmente no ensino básico, como condições socioeconômicas da maioria da população.

Os estudos de Barroco (2015), mostram que as constantes crises políticas que assolaram o país nos últimos 25 anos, não favoreceram, e podem estar associadas com o abandono escolar. Além disso, existem outros fatores como a baixa qualidade do ensino, nomeadamente falta de professores qualificados, sobretudo nas zonas rurais, falta de infraestruturas escolares e disponibilidade para o setor educativo.

Diante desses fatores, é fundamental criar estratégias para melhorar a situação do ensino público no país, sobretudo na educação básica. Essas estratégias contribuirão para compreensão do real problema do ensino na Guiné-Bissau e diminuirão progressivamente o alto nível de abandono escolar.

ESTRATÉGIAS PARA MINIMIZAR O ABANDONO ESCOLAR

Os estudos de Rambla (2015), e Mendes (2019) enfatizam a necessidade de estabelecer relações entre temas tão distintos como a cidadania, a competitividade ou o papel da família e da escola, revisão dos projetos pedagógicos com vista a introduzir diversidades curriculares. Nessa visão, o papel da família e projetos pedagógicos são fundamentais.

No caso da Guiné-Bissau, para minimizar o abandono escolar, algumas estratégias são necessárias como forma de minimizar este fenómeno:

- a) identificar de raiz, onde a escola, a família e o Estado têm fracassado, ou seja, onde tudo começou, isso passa necessariamente no levantamento de dados através do Ministério da Educação (MEN) que é órgão responsável pelo sistema e funcionamento da educação e com apoio de Organizações Não Governamentais (ONG) que atuam nesse setor;
- b) melhorar o relacionamento da escola ou instituição do ensino na qual o (a) aluno/a se insere com pais e encarregados de educação, aqui se refere a necessidade de realizar encontros com frequências para perceber melhor as necessidades e expectativas dos pais com relação aos alunos, isso requer mais que reuniões formais e regulares entre os pais e encarregados de educação;
- c) apreciar o projeto pedagógico do ensino como enfatiza Rambla (2015), avaliando as linhas pedagógicas adoptado pelo sistema do ensino guineense se estão contribuindo efetivamente com interesses dos alunos;
- d) criar políticas públicas que trazem inovações ao currículo escolar de acordo a realidade do ensino guineense, criando programas de apoio a bolsas de estudo às famílias com baixa renda e aqueles com situações de vulnerabilidade;

- e) valorização de classe dos professores, passando necessariamente no aumento de salário e por condições de trabalho, sobretudo aqueles que trabalham no interior do país;
- f) criar cantinas escolares para distribuição dos alimentos aos alunos de EBE⁹, como forma de amenizar os custos dos pais e encarregados de educação e famílias com baixa renda;
- g) construir mais infraestruturas escolares nas regiões, setores e vilas como forma de minimizar a distância entre a escola e o aluno.

Entretanto, a adoção de novos modelos pedagógico, encontros regulares entre pais e as instituições do ensino, construção de mais escolas como forma de amenizar a distância da criança e a escola são extremamente importantes para resolver os problemas existentes nesse setor.

METODOLOGIA

Adotou-se o método de abordagem qualitativa para coleta de dados. Para Gerhard e Silveira (2009), a metodologia de abordagem qualitativa permite analisar e compreender os fenômenos que se pretendem estudar. Também se recorreu as técnicas de revisão bibliográfica e documental, através do Google Acadêmico e documentos oficiais¹⁰ sobre educação na Guiné-Bissau. Foram consultados os relatórios do Ministério da Educação da Guiné-Bissau, relatórios de Banco Mundial e Unicef sobre educação na Guiné-Bissau, e Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP). Esse procedimento é fundamental no processo de levantamento de dados, pois, “as técnicas são os procedimentos operacionais que servem de mediação prática para a realização das pesquisas” (SEVERINO, 2013, p. 107). Para a pesquisa bibliográfica foram utilizados os descritores “educação básica” e “Guiné-Bissau”. Assim, foram encontrados 232 trabalhos e relatórios em português, francês e inglês sobre a educação na Guiné-Bissau. Para tanto, procedeu-se à utilização de critérios de inclusão e exclusão, considerando aspectos como: a relevância do assunto, a metodologia aplicada, a fonte e ano da publicação. Foram excluídas os trabalhos e relatórios em inglês e francês e outros documentos sem relação com o tema, restando assim 32 documentos que serviram para a análise na pesquisa.

⁹ Ensino Básico Elementar que compõe dois níveis do ensino, correspondente a 5ª e 6ª classe.

¹⁰ A Ficha Informativa de Educação da Guiné-Bissau de 2021 produzido pela Direção Geral de Estatística, Planeamento e Avaliação do Sistema Educativo (GEPASE) do Ministério da Educação, UNICEF Nova York e UNICEF da Guiné-Bissau.

RESULTADOS

O abandono escolar no ensino básico, seja no centro urbano ou nas zonas rurais é um problema no país e cabe às instituições de ensino investigar os fatores associados a esse fenômeno, buscando de maneira coletiva estratégias capazes de minimizar ou até mesmo eliminar o abandono escolar nesse nível educativo. De acordo Sané (2018, p.12), “a situação mais grave se encontra no subsistema ensino básico”.

Os estudos e a produção bibliográfica acerca de abandono escolar na educação básica na Guiné-Bissau ainda são escassos. As estatísticas indicam que, em nove regiões administrativas do país, mais de 50% dos alunos que frequentam um determinado estabelecimento do ensino básico estão concentrados nas regiões de setor autónomo de Bissau (SAB), com 26,5 % de frequência, Gabú 13,8%, seguida de Bafatá com 13% e Cacheu com 13% respectivamente (GUINÉ-BISSAU, 2009). Ainda, o relatório da situação do sistema educativo na Guiné-Bissau em 2013, disponibilizado pelo Ministério da Educação Nacional, mostra que a problemática de abandono escolar é verificada mais nas zonas rurais com índice de 10% entre alunos de 4º e 5º ano de escolaridade. Isso deve-se, de fato, que muitas escolas nessas zonas apresentam apenas os quatro primeiros anos de ensino (MEN, 2013, p.68). Isso explica como a falta de infraestruturas, a falta dos professores e falta de polos escolares nessas zonas está relacionado ao abandono escolar. Existe apenas 25% das escolas nessas regiões que oferecem ciclo primário completo de seis anos, a saber: de 1ª a 6ª classe (MEN, 2013).

No entanto, essa problemática ainda persiste e não apresenta mudanças. O último relatório de Avaliação Sumativa da Iniciativa “Escolas Amigas da Criança” (EAC) na Guiné-Bissau, em parceria com Ministério da Educação Nacional (MEN), realizado entre 2011 a 2019 e financiado pela UNICEF, publicado em janeiro 2020, aponta que o país tem baixo nível de atendimento escolar completa, isto é, com 60% das crianças guineenses completando os seis anos de Ensino Básico, 40% das crianças acabam por abandonar as escolas sem completar o primeiro ciclo do Ensino Básico (GUINÉ-BISSAU, 2020).

Considerando os dados acima apresentados, podemos verificar que não houve mudanças significativas referentes ao abandono escolar no país, sobretudo nas regiões. Ou seja, entre o período de 2013 a 2019 (40% das crianças) guineense não conseguem completar o primeiro ciclo do ensino básico. (GUINÉ-BISSAU, 2020). Vale ressaltar que, ainda não se conhece a taxa anual de abandono escolar no sistema educativo guineense, pois o próprio Ministério da Educação Nacional não disponibiliza dados sobre alunos que abandonaram o ensino. Nesta perspectiva, são precisas reformas profundas começando na criação de banco de

dados para cada região, avaliar com precisão os impactos de abandono escolar nesse nível de ensino, com vista a criação de políticas públicas para mitigar esse mal que tem afetado o sistema educativo guineense, em particular do ensino básico. Assim, fazer reformas no ensino básico guineense, tanto no aspecto curricular assim como estrutural não seria uma tarefa fácil, dada a subjetividade e dificuldades que permeia o setor e, conseqüentemente, a falta de recursos humanos e financeiros. Com isso, exige tempo, recursos e planejamento a curto, médio e longo prazo.

Haja vista que, para ter um ensino de qualidade e desejado, é fundamental ter um ensino básico de qualidade, pois, é a base para uma educação de qualidade voltada para o futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu ter uma visão global sobre a problemática que envolve abandono escolar no ensino básico, um problema ainda frequente no sistema educativo guineense. Os resultados da pesquisa apontam que as necessidades do cotidiano quanto à falta de recursos financeiros, a falta de apoio e estratégias governamentais, baixa qualidade de ensino, falta de emprego, problemas de saúde, da família, trabalho infantil, casamento precoce, entre outros, constituem principais fatores de risco de abandono escolar, que afetam milhares de crianças em todas as regiões, particularmente nas zonas rurais. Constatou-se ainda que as cíclicas crises políticas no país e falta de criação de políticas públicas constituem fatores de entrave no desenvolvimento do ensino guineense, e, conseqüentemente, fator de abandono escolar.

De acordo com o levantamento realizado, constatou-se que a produção bibliográfica que combine o abandono escolar na Guiné-Bissau, com as suas causas e conseqüências, ainda é incipiente.

Diante do exposto, urge a necessidade de criar políticas públicas com vista à melhoria no ensino básico na Guiné-Bissau, afim de erradicar abandono escolar nesse nível do ensino.

É importante frisar que é impossível falar com precisão sobre abandono escolar no ensino básico na Guiné-Bissau, pois os registos e documentos consultados apresentam alguns dados parciais, além disso, o Ministério da Educação Nacional não dispõe de uma estrutura de informação que permita acesso público aos dados educacionais, verificando-se, na maioria das vezes, que os dados disponíveis são facultados por organização internacionais que atuam no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, J. (1999). Inserção no Mercado de Trabalho: Um estudo de casos. Coleção Cadernos PEETI- plano para Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil. Ministério do Trabalho e da Solidariedade. BANCO MUNDIAL. Disponível em: <<<https://data.worldbank.org/>>>. Acesso em: 26 de jun. 2022.

BARROCO, Sonia Mari Shima:

BENAVENTE, Ana, Campiche, Jean, Seabra, Teresa, & Sebastiao, Joao (1994). Renunciar a escola: O abandono escolar no Ensino Básico, Lisboa: Fim de Século Edições.

BIDETA. Garcia Biifa: **Políticas Educativas na Guiné-Bissau**. Faculdade de Letras, Universidade de Porto. 2013.

BRANDÃO, C.R. O que é educação. Editora Brasiliense, coleção primeiros Passos. São Paulo, 2007.

CÁ, Lourenço Ocuni; CÁ, Cristina Mandu Ocuni. Políticas públicas em educação: um apanhado histórico. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, SP, v. 17, n. 1, p. 88-106, jan./abr. 2015. ISSN 1676-2592.

FRACASSO ESCOLAR NA GUINÉ-BISSAU: CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO E DA PSICOLOGIA BRASILEIRAS Sonia Mari Shima Barroco – UEM-Brasil. 37ª Reunião Nacional da ANPEd – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis. Disponível em: <<<http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/P%C3%B4ster-GT20-4579.pdf>>>. Acesso em 24 de abr. 2014.

GASPAR, A. A educação formal e a educação informal em ciências. In: MASSARANI, L.; MOREIRA, I. C. (Orgs.). Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fórum de Ciência e Cultura, 2002. p.171-183. Disponível em: Acesso em 04 abr. 2020.

GERHARDT, T. E. & SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GUINÉ-BISSAU, Ministério da Educação Nacional: Relatório da Situação do Sistema Educativo Margens de manobra para o desenvolvimento do sistema educativo numa perspectiva de universalização do Ensino Básico e de redução da pobreza. Fevereiro 2013. Disponível em: << http://s3.amazonaws.com/ineeassets/resources/Resens_Guin%C3%A9_Bissau_portugais-FINAL.pdf>>. Acesso em: 24 de abr. 2020.

GUINÉ-BISSAU. Análises para aprendizagem e equidade usando dados MICS. Disponível em:<https://www.google.com/url?sa=t&rc=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjs8MD_udj4AhVMrpUCHUe1BfsQFnoECAyQAQ&url=https%3A%2F%2Fdata.unicef.org%2Fwp-content%2Fuploads%2F2021%2F12%2FGuinea-Bissau-Education-Fact-Sheet-2018.pdf&usq=AOvVaw2AjqT06tQs-smlGCDVtpa1>>. Acesso em: 01 de jul. 2022.

MACIEL, De K de Fatima: O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular, 2011. 327. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 326-344.

MENDES, Leonel Vicente. (Des)caminho do sistema de ensino guineense: avanços, recuos e perspectivas. Curitiba: CRV, 2019. 242p.

QUINTAS, Sara Vera Cruz. Mutilação Genital Feminina na Guiné-Bissau: Para quando a sua erradicação? Coimbra-junho, 2013.

Rambla, Xavier; Fontdevila, Clara UNA OPORTUNIDAD PARA EVALUAR LAS TEORÍAS DEL CAMBIO: LA ESTRATEGIA EUROPEA CONTRA EL ABANDONO ESCOLAR PREMATURO Profesorado. Revista de Currículum y Formación de Profesorado, vol. 19, núm. 3, septiembre-diciembre, 2015, pp. 44-57 Universidade de Granada Granada, España Disponível em: >><https://www.redalyc.org/pdf/567/56743410004.pdf>> >. Acesso em: 28 de abr. 2020.

República da Guiné-Bissau, Programa do Governo IX Legislatura- 2014. Disponível em: <<https://www.cabri-sbo.org/uploads/bia/guinea-bissau_2014_planning_external_national_plan_author_region_portuguese_.pdf>>. Acesso em 24 de abr. 2020.

República da Guiné-Bissau: Avaliação Sumativa da Iniciativa “Escolas Amigas das Crianças (EAC)” na Guiné-Bissau (2011-2019). Relatório Final, janeiro 2020. Disponível em: <<<https://www.unicef.org/guineabissau/pt/relatorios/avalia%C3%A7%C3%A3o-sumativa-da-iniciativa-escolas-amigas-das-crian%C3%A7as-eac-na-guin%C3%A9-bissau>>>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

SANÉ, Samba. **Os desafios da educação na Guiné-Bissau**. Revista Temas em Educação, Joao Pessoa, Brasil, v.27, n.1, p.55-77, jan./jun. 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico [livro eletrônico]. **Cortez**, <https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o>, v. 7, p. C3, 2013.

SILVA FILHO, Raimundo Barbosa; DE LIMA ARAÚJO, Ronaldo Marcos. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação por escrito**, v. 8, n. 1, p. 35-48, 2017.

TÉ, Francisco Armando Blima: **Políticas Educacionais na Guiné-Bissau**: estudo longitudinal dos ensinos básicos e secundário. ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, outubro,2017.

UNICEF. Disponível em: <<<https://data.unicef.org/>>>. Acesso em: 26 de jun. 2022.